

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES– Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie – FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali - Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de Milano-Bicocca

Alfredo Wagner
Eriki Aleixo
Ítala R. Nepomuceno
Vinícius Benvegnú
Organizadores

**MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS
TRADICIONALMENTE OCUPADAS:
CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS**

Manaus - Amazonas
2019

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Eriki Aleixo de Melo

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno

Vinícius Cosmos Benvegnú

Capa

Equipe Editorial

Diagramação: Philipe Teixeira

ISBN Impresso - 978-85-7883-529-3

ISBN Ebook - 978-85-7883-531-6

Ficha Catalográfica

M664 Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente
ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas/
Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al.
– 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

826 p.: il.

ISBN 978-85-7883-529-3

1. Mineração. 2. Garimpo. 3. Conflitos sociais e.
I. Título.

CDU 316+910.3

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



Indígenas Yanomami protestando contra a Invasão Garimpeira em suas terras durante a V Marcha dos Povos Indígenas do Amazonas realizada em 03/12/2019. Foto Eriki Aleixo.

MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Marcia Anita Sprandel

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Paulo Rogerio Gonçalves

Carmen Lúcia Silva Lima

Sheilla Borges Dourado

Claudina Azevedo Maximiano

Jurandir Santos de Novaes

Raquel Mombelli

Juracy Marques

Tatayya Kokama

Vânia Fialho

Luís Augusto Pereira Lima

Selma Solange Monteiro Santos

Elielson Pereira da Silva

Juliane Pereira dos Santos

Rita de Cássia Pereira da Costa

Raquel Oliveira Santos Teixeira

Ana Flávia Moreira Santos

Rômulo Soares Barbosa

Andréa M. N. Rocha de Paula

Felisa C. Anaya

Alexandre Gonçalves

Sérgio Leandro Sousa Neves

Reginaldo Conceição da Silva

Renildo Viana Azevedo

Jordeanes do N. Araújo

Nicolás Victorino

Murana Arenillas Oliveira

Felipe Pereira Jucá

Poliana Nascimento

Julianna Malerba

Gustavo Hees de Negreiros

Adinei Almeida Crisóstomo

Whodson Silva

Angelisson Tenbarin

Raimundo Nonato F. do Nascimento

Aline Radaelli

Tatiana Emila Dias Gomes

Valéria Morera Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bebelany

Maryellen Milena Lima

Ilklyn Barbosa da Silva

Lívia Ferraz da Costa Duarte

Luciana Costa Leite

Clarissa Godinho Prates

Lilian Maria Santos

Matheus Vinícius Ferreira

Luciana Tonelli

Suellen Andrade Barroso

Chris Lopes da Silva

Ricardo Gilson da Costa Silva

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto

Barbara de Sousa Cascaes

Jéssica Maria Barros da Silva

Evandro Moura Dias

Patrícia Moraes Lima

Fátima Oliveira

Guilherme Dal Sasso

Camila Dellagnese Prates

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno (org.)

Vinícius Cosmos Benvegnú (org.)

Eriki Aleixo de Melo (org.)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

SUMÁRIO

Apresentação.....	31
As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução	
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida.....</i>	47
PARTE 1	71
Pará	73
Quilombolas do Território de Jambuaçu (PA) em situação de conflitualidade com a Hydro/Mineração Paragominas S/A e a Ideologia da Harmonia	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	75
Territórios Munduruku e tensões com garimpos e mineração no Alto e Médio Tapajós	
<i>Ítala T. Rodrigues Nepomuceno.....</i>	93
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Rio Tocantins confrontados com política energética (UHE-Tucuruí) e mineração	
<i>Jurandir Santos de Novaes</i>	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	107
Kayapó Mekrãnogti (TI Baú) e Assentados (PDS) Terra Nossa da região do Tapajós (PA): conflito e licenciamento ambiental da mineração transnacional de ouro	
<i>Selma Solange Monteiro Santos.....</i>	123
Terras e territórios tradicionais da Volta Grande do Xingu na mira de megaempreendimentos minerais	
<i>Elielson Pereira da Silva.....</i>	135
Quilombos no Trombetas e a Mineração Rio do Norte (MRN): dos dilemas às novas estratégias políticas face à expansão da atividade mineradora em territórios quilombolas	
<i>Juliane Pereira dos Santos.....</i>	151

Agricultores Acampados de Canaã dos Carajás e os impactos da mineração no Sudeste Paraense

Rita de Cássia Pereira da Costa

Valéria Moreira Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bechelany..... 169

DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE AMAZÔNIA..... 183

“Nota pública de repúdio contra o propósito do Governo Bolsonaro de regulamentar o garimpo e mineração em terras indígenas”.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 03 de outubro de 2019..... 185

“Carta Abierta de los pueblos indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la evidente incapacidad y falta de voluntad de los Estados de Bolivia y Brasil para proteger a los pueblos indígenas y a la biodiversidad ante los incendios forestales en la Chiquitania boliviana en Santa Cruz de la Sierra y los estados de Acre, Rondonia, Mato Grosso y Mato Grosso del Sur en Brasil”

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 22 de agosto de 2019..... 187

“Carta abierta de los Pueblos Indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la falta de voluntad de los gobiernos de Brasil y Bolivia para proteger a los Pueblos Indígenas y la biodiversidad en respuesta de los incendios florestales”.

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 23 de agosto de 2019..... 192

“Nota de repúdio contra o processo de destruição da Amazônia pelo Governo Bolsonaro”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 22 de agosto de 2019..... 196

“COIAB repudia PL que permite a exploração mineral, energético e do agronegócio nas terras indígenas”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 06 de fevereiro de 2020..... 198

Minas Gerais	201
O desastre e seu curso: descronologia da violência	
<i>Raquel Oliveira Santos Teixeira</i>	
<i>Maryellen Milena Lima</i>	
<i>Ilklyn Barbosa da Silva</i>	203
Terras tradicionalmente ocupadas e Projeto Minas-Rio: expropriação, desresponsabilização e comunidades ‘fora de lugar’ no Espinhaço Meridional, Minas Gerais.	
<i>Ana Flávia Moreira Santos</i>	
<i>Lívia Ferraz da Costa Duarte</i>	
<i>Luciana Costa Leite</i>	
<i>Clarissa Godinho Prates</i>	217
De ouro e ferro: consequências socioambientais em curso e potenciais da mineração no norte de Minas Gerais	
<i>Rômulo Soares Barbosa</i>	
<i>Andréa M. N. Rocha de Paula</i>	
<i>Felisa C. Anaya</i>	
<i>Patrícia Moraes Lima</i>	
<i>Adinei Almeida Crisóstomo</i>	233
Apontamentos acerca das atividades de extração mineral na região de Diamantina (MG)	
<i>Sérgio Leandro Sousa Neves</i>	
<i>Lilian Maria Santos</i>	
<i>Matheus Vinícius Ferreira</i>	247
A Ideologia da Mineração está em xeque. Andrea Zhouri concede entrevista à Luciana Tonelli do site <i>Outras Palavras</i>	
<i>Luciana Tonelli</i>	257
Amapá	269
Terras Indígenas no estado do Amapá e mineração	
<i>Vinícius Cosmos Benvegnú</i>	271

**DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE O
INTRUSAMENTO DE GARIMPO NA TERRA INDÍGENA WAJĀPI 281**

“Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 28 de julho de 2019.....</i>	283
“2ª Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 29 de julho de 2019.....</i>	285
“Terceira nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 31 de julho de 2019.....</i>	287
“Quarta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 1º de agosto de 2019.....</i>	289
“Quinta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 04 de agosto de 2019.....</i>	292
“Sexta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 18 de agosto de 2019.....</i>	294
“Nota de apoio ao povo WAJĀPI” <i>Conselho Indígena de Roraima, 27 de julho de 2019.....</i>	296
“Nota pública de lideranças de Aty Guasu, retomada de Aty Jovem, Kuñangue do povo Guarani e Kaiowa diante do genocídio, massacre e invasão da Terra Indígena Waiãpi-Amapá” <i>Tekoba Guasu Guarani e Kaiowá, 28 de julho de 2019.....</i>	297
“Nota: Hutukara Associação Yanomami” <i>Hutukara, 29 de julho de 2019.....</i>	299
“Nota da Coiab contra os ataques ao Povo Waiãpi” <i>COLAB, 28 de julho de 2019.....</i>	300
Amazonas	303
Povos indígenas e conflitos socioambientais decorrentes da mineração no Alto e Médio Solimões na Amazônia brasileira <i>Reginaldo Conceição da Silva.....</i>	305

A destruição da vida pelas dragas	
<i>Tatayja Kokama / Altaci C. Rubin</i>	321
Mobilização étnica dos Kambeba frente aos garimpos ilegais do rio Jandiatuba	
<i>Aline Radaelli</i>	321
Mineração de potássio em Autazes (AM) ameaça os territórios do povo Mura	
<i>Renildo Viana Azevedo</i>	327
Notas de campo: garimpos, desmatamentos e madeireiros ilegais em Terras Indígenas no Sul do Amazonas	
<i>Jordeanes do N. Araújo</i>	
<i>Suellen Andrade Barroso</i>	
<i>Angelisson Tenbarin</i>	345
O estaleiro de balsas e dragas e o garimpo no Rio Madeira	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	359
Estado e pilhagem no Alto Rio Negro	
<i>Felipe Pereira Jucá</i>	371
Depoimento: A pressão do garimpo sobre povos indígenas em Terras Tradicionalmente Ocupadas no Baixo Rio Negro (AM)	
<i>Murana Arenillas Oliveira</i>	381
Depoimento de lideranças indígenas de Lábrea, Tapauá e Boca do Acre e Liderança Extrativista de Pauini – Região do Purus	
<i>Claudina Azevedo Maximiano</i>	
<i>Chris Lopes da Silva</i>	389
 Colômbia	 413
Síntesis de situación de minería en territorios indígenas de la Amazonia colombiana	
<i>Nicolás Victorino</i>	415

Rondônia/Roraima **425**

A espiral da desgraça: notas para um debate sobre mineração em áreas indígenas, direitos humanos e território dos povos amazônicos

Ricardo Gilson da Costa Silva

Luís Augusto Pereira Lima..... **427**

Garimpo em Terra Indígena Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **439**

A nova corrida pelo ouro em Roraima

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto **447**

Depoimento de Dário Vitório Kopenawa Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **453**

Maranhão/Tocantins **467**

Práticas minerárias em colisão com modos de ser e viver dos povos e comunidades tradicionais

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins..... **471**

O vale das tragédias denunciadas e o (des) envolvimento ao longo da EFC: o custo da vida em comunidades de Alto Alegre do Pindaré e de Açailândia (MA)

Helciane de Fátima Abreu Araújo..... **491**

Da “briga” pelo babaçu à luta pelo território: o avanço de empreendimentos minerários na comunidade quilombola Miranda do Rosário (MA)

Barbara de Sousa Cascaes..... **499**

Riscos e efeitos socioambientais associados à extração de gás pelo Complexo Parnaíba na comunidade Bom Jesus dos Pretos, Lima Campos (MA)

Jéssica Maria Barros da Silva..... **513**

Exploração de fosfato na cidade de Arraias (TO) e seus impactos socioambientais

Paulo Rogerio Gonçalves

Evandro Moura Dias..... 525

Piauí/Bahia/Pernambuco 533

Mineração e conflitos socioambientais no estado Piauí

Carmen Lúcia Silva Lima

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento..... 535

As feridas das montanhas: destruição da Chapada Diamantina (BA) pela atividade mineradora

Juracy Marques

Gustavo Hees de Negreiros..... 551

As veias abertas de Boquira (BA): comunidades rurais e empreendimentos minerários: o que a população tem a dizer?

Fátima Oliveira

Juracy Marques..... 561

“Lá é a nossa vida”: dinâmicas de vida e morte nos Gerais de Caetité (BA) impactados pela extração mineral

Tatiana Emilia Dias Gomes..... 581

Povos e Comunidades Tradicionais e Mineração no Sertão de Itaparica (PE)

Poliana Nascimento

Vânia Fialbo

Whodson Silva..... 591

Santa Catarina/Rio Grande do Sul 601

Comunidades Tradicionais em Santa Catarina e Mineração

Raquel Mombelli..... 603

Conflito ambiental no Delta do Jacuí: os Mbyá Guarani contra a Mina Guaíba	
<i>Guilherme Dal Sasso</i>	
<i>Camila Dellagnese Prates</i>	617
DOCUMENTOS SOBRE O COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	627
“Manifesto do comitê de combate à megamineração no Rio Grande Do Sul”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 29 de maio de 2019</i>	629
“Nota sobre os ataques às Aldeias Guarani”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 23 de setembro de 2019</i>	632
PARTE 2	635
O debate recente sobre mineração [em Terras Indígenas] no Congresso Nacional	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	639
O Congresso Nacional e as Terras Indígenas (agosto de 2019)	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	669
Fases dos processos minerários no Brasil (2019) correspondentes à Amazônia	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	787
Mineração em terras tradicionalmente ocupadas: velhos e novos desafios ao direito à terra e ao território	
<i>Julianna Malerba</i>	793
Mapas	811
Relação dos Grupos de Pesquisa	821

AS ESTRATÉGIAS DE EXPORTAÇÃO AGROMINERAL E A USURPAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS

Alfredo Wagner Berno de Almeida

1-A coletânea de artigos aqui reunidos consiste em resultados de pesquisa descritivamente apresentados, conforme sublinhado no prefácio. Reitero que não se trata de um conjunto de abordagens focalizando “grandes questões”, tais como os efeitos da ação das mineradoras na vida social ou os impactos socioambientais provocados pela intensificação do uso de recursos hídricos e do subsolo ou a relação entre tais impactos e as denominadas mudanças climáticas ou mesmo as causas estruturais da pobreza e da desigualdade ou ainda a identificação de obstáculos ao crescimento econômico. Não! Ao contrário, está-se diante de análises meticolosas, concernentes a lugares precisos em termos de georeferenciamento, que incidem numa ordem de fatos circunstanciados com rigor, privilegiando os próprios sujeitos da ação e suas representações acerca dos impactos da extração mineral sobre acontecimentos da vida cotidiana. A desocultação destes referidos sujeitos os expõe publicamente. Ela evidencia seus atos de afirmação identitária ao mesmo tempo em que torna transparentes suas modalidades de resistência e suas práticas as mais triviais para impedir o intrusamento de seus territórios. Agrupados em torno de suas identidades coletivas e tendo como atributo circunstancialmente homogeneizador a designação de “atingidos” as comunidades locais através da “arte da resistência”, como diria J. Scott, ou da “cultura da resistência”, como assevera E. Said⁹, se convertem em

9. A assertiva de Said no tópico “Temas de Cultura de Resistência” é a seguinte: “Depois do período de “resistência primária”, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, quando se tenta reconstituir uma “comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial”; como diz Basil Davidson.”(Said,2011:328) in Said, Edward W. – Cultura e Imperialismo. São Paulo. Companhia das Letras 2011.

unidades de mobilização. Resistir abertamente e de maneira determinada significa, portanto, não renunciar a ser o artífice de sua própria existência coletiva e objetivar sua identidade numa forma político-organizativa específica, contrariando a dispersão imposta pelo primado conservador de que o indivíduo é um valor maior do que qualquer unidade social a que esteja referido. O ato de resistir significa a liberdade de escolher, na formulação de Sartre, e em decorrência, uma recusa a ser reduzido a um agente passivo, que dobra a cerviz aos desígnios das decisões impostas por técnicas de controle político ou pelos instrumentos burocráticos do Estado. Não está mais em jogo nas situações sociais analisadas a neutralidade política da burocracia e sua lealdade ao Estado, dado que se fala tão somente em obedecer ao governo. E esta disposição se torna um instrumento de poder tecnicamente aplicável em numerosas situações da vida social. A ilustração sociológica mais aproximada historicamente desta forma impositiva de submissão refere-se à ação colonial¹⁰. Então, a resistência se dava em torno de um projeto de nação, o que não ocorre no presente, quando as antigas colônias já se encontram emancipadas e formas de dominação consideradas similares são designadas como “pós-

10. Em termos das possibilidades de um exercício comparativo e histórico cabe sublinhar que a noção operativa de ação colonial, segundo G. Balandier, compreende a forma mais importante e repleta de consequências tomada pela expansão europeia por todo o planeta. Ela tem efeitos brutais sobre a história dos povos a ela submetidos. Balandier está falando em 1950-51, em pleno processo de descolonização, do imediato pós II Guerra Mundial, quando a Índia havia acabado de se emancipar do império britânico e os povos da chamada Indochina estavam na luta final pela sua libertação face ao domínio francês. A partir desta noção operativa de ação colonial Balandier trabalha um conceito que busca explicar a persistência do colonialismo e que transcende temporalmente à decretação institucional de seu fim, qual seja, o conceito de “situação colonial”. A modalidade de imposição inerente à ação colonial, não se restringindo às colônias e possessões e abrangendo regiões e províncias emancipadas, é convertida num fator do presente. Os deslocamentos e ressemantizações inerentes aos significados deste conceito permitem-nos repensar as formas autoritárias de dominação por empresas, empreendimentos e “companhias” de inspiração colonialista, para justificar a expansão sobre novas regiões e/ou áreas dentro de um mesmo país. Adquirem a forma de estratégias que disciplinam o direcionamento das expansões, subordinando as unidades sociais que porventura constituam obstáculos a tanto. Semelhante trabalho conceitual propicia ademais condições de redefinição dos critérios para conferir uma recomposição dos significados usuais da conhecida noção de “colonialismo interno”. A força explicativa da redefinição deste instrumento analítico contribui para uma reflexão acurada e contemporânea sobre a lógica econômica de expansão constante, como se os recursos naturais fossem bens ilimitados, que resulta na incorporação sucessiva de terras, consideradas inexploradas, e em novos territórios como meta permanente das estratégias dos empreendimentos minerais e dos agronegócios. No caso brasileiro esta expansão ocorre no presente sobre povos e comunidades em terras tradicionalmente ocupadas nos diferentes ecossistemas e notadamente na Amazônia e no Cerrado. Para um aprofundamento conceitual consulte-se: BALANDIER, G. – “A situação colonial: abordagem teórica.” Cadernos CERU n.25 v.1. (Cahiers Internationaux de sociologie. Vol XI. Paris, 1951 pp.44-78. 1e. ed.).

colonialismo”, “neocolonialismo” e “colonialidade”. Esta capacidade de resistir às imposições autoritárias e expansionistas, não gravita, pois, necessariamente em torno de uma luta de libertação nacional, mas explicita um projeto político de participar ativa e livremente como cidadão, com plenos direitos, de uma sociedade nacionalmente consolidada que reconhece através de dispositivos constitucionais a diversidade étnica e cultural. O corolário de tal projeto concorre para reforçar condições propícias ao registro pormenorizado de conflitos e tensões sociais que ressaltam destas realidades observadas através das descrições etnográficas. Tais descrições compreendem análises concretas de situações concretas, enfatizando narrativas e interpretações do ponto de vista de agentes sociais ou sujeitos, que vivem os impactos efetivos e se posicionam de maneira direta face aos problemas narrados. Os processos reais e as situações sociais observadas nos trabalhos de pesquisa ora apresentados exprimem, assim, uma diversidade de posições e uma complexa rede de relações sociais. Abrangem, no que tange às situações estudadas, desde as relações conflitivas entre garimpeiros e povos indígenas do Alto Solimões, do Rio Madeira (AM) e do Rio Tapajós (PA) e as relações entre garimpeiros

e empresas mineradoras, no caso da Volta Grande do Rio Xingu, na região amazônica, até as relações de comunidades quilombolas e ribeirinhas do Rio São Francisco (MG, BA) e outras tantas comunidades e povoados da “zona metalúrgica” (MG) e do Rio Guaíba (RGS) com empresas mineradoras. As descrições etnográficas em pauta não apenas alcançam pontos extremos do país, como focalizam situações sociais que se distribuem país afora. Tal abordagem bastante estendida, em termos geográficos, está longe de ser panorâmica e mostra-se verticalizada, em termos antropológicos, com interpretações aprofundadas no que se refere a cada uma das situações sociais observadas. Além disto, procede à crítica das generalizações, à recusa das exemplificações ou dos reducionismos de tratar genericamente os agentes sociais ou de focalizar, segundo o modelo rígido de tipologias, as ocorrências de conflito a que estão referidos. Procede, pois, à crítica das classificações manualescas de tais conflitos, considerados de maneira pré-definida e aplicados mecanicamente a quaisquer situações sociais por pares de oposição simétrica, senão vejamos: “extremos”/“harmonizados”, “recentes”/“antigos”, “latentes”/“manifestos”, “iminentes”/“tardios”, “explícitos”/“invisibilizados” e “contínuos”/“intermitentes”. Classificações desta ordem consistem num lugar comum nas análises das situações de conflito social e seu poder explicativo há muito perdeu sua força de interpretação, porquanto prisioneiro de generalidades e de uma aplicação automática, acrítica e inteiramente descontextualizada. Importa, por conseguinte, acrescentar as determinações de existência, numa ruptura com a despolitização generalizada, através da menção explícita às especificidades e fatores intrínsecos de cada unidade social descrita. A descrição etnográfica compreende, portanto, o que os Kokama do rio Jutai, os Tikuna do Alto Solimões, os Kambeba do rio Jandiatuba, os Mura do Lago do Soares (AM), os Guajajara do rio Pindaré (MA), os Yanomami do noroeste de Roraima, os quilombolas do Jambuaçu e do Trombetas, os Munduruku do rio Tapajós (PA), os vazanteiros, geraizeiros e veredeiros do Norte de Minas, os moradores de Paracatu de Baixo (Mariana, MG) e demais agentes atingidos por empreendimentos extrativos, nas unidades sociais

(povo, tribo, comunidade, grupo) estudadas, pensam e se mobilizam a respeito da exploração mineral em seus territórios. Importa, em termos de uma compreensão sociológica, identificar quais as formas político-organizativas que acionam para confrontar legal e efetivamente tais empreendimentos. Em suma, interessa como se mobilizam étnica e politicamente em ações coletivas, como fortalecem seus componentes identitários no processo de lutas, contestando a usurpação de seus direitos e impedindo a devastação de seus territórios. Não se está diante, portanto, de um “índio genérico” ou de um “quilombola-padrão”, de um “ribeirinho típico” ou de um “genuíno geraizeiro”, de uma “autêntica quebradeira de coco babaçu” ou de uma “comunidade de fundo de pasto exemplar”, senão de uma crítica radical à personificação dos coletivos e às inspirações essencialistas das antigas descrições e das “grandes narrativas”. Não se trata, portanto, de um agente social falando em geral, narrando sem tempo e sem lugar, descrito como se abstendo de representar a realidade sensível. De uma maneira inversa, a revezes, está-se diante de uma **nova descrição**, que trabalha os conceitos simultaneamente, em planos sociais distintos, sem separar, entretanto, ato e discurso, palavra e prática, ação e contemplação, identidade coletiva e mobilização política, resistência e explicação sobre como resistir. Este esquema interpretativo chama a atenção para as relações sociais que perpassam os componentes dos distintos planos analíticos, evidenciando uma pluralidade de posições e agentes em jogo e uma superação das oposições entre teoria e prática, elaboradas usualmente pelo senso comum erudito. A partir desta **nova descrição** as ferramentas etnográficas contemplam as transformações e emergências identitárias de agentes sociais que constroem sua existência coletiva de modo peculiar e retratam fatores étnicos, precisando as especificidades de seus conhecimentos e saberes nos diferentes usos dos territórios e nas diferentes formas político-organizativas de enfrentamento dos que intrusam suas terras tradicionalmente ocupadas e conspurcam direitos previstos em dispositivos constitucionais.

2-As respostas ao porque da intensificação dos intrusamentos

destas terras através da extração mineral perpetrada por garimpeiros e mineradoras, neste último lustro, nos levam a perscrutar as vicissitudes dos circuitos de mercado dos produtos minerais. Pode-se depreender das pesquisas ora apresentadas, que se assiste no momento atual à implementação de estratégias concomitantes de ampliação da extração mineral e da expansão dos agronegócios, demandando novas áreas. Esta dinâmica expansionista, nutrida pelos planejadores oficiais, resulta em sucessivas invasões de terras indígenas, de ribeirinhos e de quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como em retomar estratégias cartográficas, topográficas e jurídico-formais, cujo propósito era aprofundar o conhecimento do quadro natural, para, no mais das vezes, identificar ocorrências minerais e possibilitar meios de tomar à socapa as terras públicas e as áreas protegidas. A utilização do verbo retomar contém referências históricas que podem facilitar a compreensão dos fundamentos do atual impulso governamental às atividades extrativas minerais. Refiro-me inicialmente às formulações do economista e ministro Roberto Campos, em 1967, quando foi instituído o Código Mineral, as quais asseveravam que a vocação da Amazônia era mineral. Campos, empenhado no desmonte da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que havia sido criada no governo Vargas, em 1953, criticava o extrativismo vegetal¹¹, e montara, em 1966, uma agência de desenvolvimento, a SUDAM, que privilegiava os grandes projetos minerais e agropecuários. Para viabilizar o que considerava a vocação da Amazônia facultou as condições para a consecução do Projeto RADAM¹², em 1970, produzindo um

11. Campos opunha-se, neste sentido, às interpretações dos planos de desenvolvimento da Amazônia que, desde 1955, enfatizavam a exploração dos três produtos que garantiram divisas para o Brasil durante a II Guerra Mundial, a partir dos Acordos de Washington, quais sejam: látex da borracha, castanha e amêndoa de babaçu, matéria prima para óleo vegetal, declarando oficiosamente o “fim do extrativismo” (aqui entendido como referido aos três produtos visados pelos Acordos firmados com os Estados Unidos). Para um aprofundamento consulte-se: Almeida, A.W.B. de – Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro. Casa 8. 2008. pp.15-126.

12. O Projeto Radam inicialmente voltou-se para a Amazônia, abrindo clareiras na floresta e fazendo verificações in loco de novas ocorrências minerais. Seus trabalhos, no âmbito de atividades do IBGE, se estenderam para outras regiões do País, o RADAM/Brasil, e duraram de 1970 a 1985, focalizando aspectos geomorfológicos, geológicos e o uso potencial da terra. Tudo isto sintetizado em 38 relatórios, que se constituíram numa referência de consulta obrigatória. Em 1981 foi atribuído formalmente ao GEBAM (Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas) poderes para realizar estudos geológicos sobre as

levantamento geral dos recursos naturais e, dentre outros resultados, identificando cartograficamente, por imagens aéreas de radar, as principais incidências de minérios na região amazônica. Este conhecimento difundido por geólogos, agrônomos e engenheiros de minas tem sido retomado na última década, quando a tendência ascensional dos preços dos minérios tem impellido as empresas mineradoras a intensificarem a implementação de projetos de extração e a expandirem suas áreas, buscando um aumento significativo da produção.

No momento atual, a elevação geral dos preços das *commodities* minero-metalúrgicas e agrícolas, que gera pressões por aumento tanto da produção mineral (ouro, ferro, bauxita, cassiterita, silvinita) e de ferro gusa e alumina, quanto da produção agrícola (soja, milho) e da pecuária (carne bovina) orienta economicamente a dupla expansão anteriormente mencionada.

2.1 - Para fins de ilustração e de acordo com os limites temáticos desta coletânea irei me deter nas informações que envolvem o patamar elevado dos preços do ouro e do ferro com menção muitíssimo breve aos produtos agropecuários. Em momento posterior tentarei analisar

incidências minerais naquela região, classificada como de incidência de “minerais estratégicos”, e controlar a fronteira agrícola na região. Tratava-se de um órgão criado emergencialmente no âmbito do Conselho de Segurança Nacional. Os “novos especialistas” mobilizados para tanto eram membros da burocracia militar, que passaram a controlar os respectivos mapeamentos. Frentes de trabalho do GEBAM em articulação com o DNPM e o RADAM realizaram mais de 500 análises mineralógicas tanto no Estado do Pará, na Serra do Ipitinga e no Lago do Erepecu, quanto no do Amazonas, nas serras do Cupixi, Iratapuru e Camaipi. O GEBAM objetivava controlar a expansão de pequenos agricultores numa grande área estratégica destinada a grandes empresas mineradoras (ICOMI, ALCOA, JARI). No final dos anos 80, já sob a coordenação do sistema de defesa, foram iniciadas discussões sobre tecnologias mais apropriadas para o exercício de vigilância da Amazônia. Os trabalhos cartográficos tornaram-se de competência de formações militares, considerados os “novos especialistas” numa reedição de modus operandi colonialista. Em 2002 as iniciativas convergiram para a instituição do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e finalmente em 2004 foi criado o SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) objetivando, dentre outros propósitos, o monitoramento ambiental e a produção cartográfica sobre a região. Neste meio século, de 1970 a 2020, os levantamentos cartográficos foram deslocados da esfera econômica para o domínio militar e da segurança, sem uma definição mais precisa quanto ao uso estratégico de recursos naturais ora defendidos por militares nacionalistas, ora por aqueles que propugnam ações transnacionais, restringindo o significado de soberania. Consulte-se para outras informações: Almeida, A.W.B. de - “Estrutura fundiária e expansão camponesa” in Almeida Jr, J.M. Gonçalves de (org) – Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília/São Paulo. CNPq/Editora Brasiliense. 1986 pp.265-293
- “O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa” in Os donos da terra e a luta pela reforma agrária. Rio de Janeiro. Ed. Codecri. 1984 pp. 51-70

articulações entre as diferentes estratégias empresariais em jogo e seus efeitos mais evidentes.

Nos oito primeiros meses de 2019 as aplicações financeiras atreladas ao ouro registraram “picos históricos”, segundo Moura¹³.

“O temor com a desaceleração econômica nos países ricos e cortes de juros nas principais economias do mundo fez o ouro negociado na Bolsa se valorizar 28,6% em 2019. No mesmo período, o Ibovespa subiu 13,56%.” (Moura, 2019).

A valorização ocorre mesmo sabendo-se que se trata de investimentos de elevados riscos já que o mercado do ouro é por demais complexo. Além da alta volatilidade, as sucessivas flutuações tornam inútil se estimar ou prever as possíveis variações¹⁴. Em síntese, um mercado caracterizado por bruscas oscilações de preços que refletem de maneira direta e imediata nas esferas de circulação atreladas aos garimpos. Ainda com Moura pode-se sublinhar que os garimpos praticam os preços correntes, valendo-se da alta liquidez do ouro. A extrema facilidade em vendê-lo independentemente dos chamados “contratos futuros” ou dos fundos que incluem o metal em suas carteiras levam os donos de garimpo a operar com transações no mercado *spot*. As negociações ocorrem com a pronta entrega da mercadoria, com pagamentos à vista. São operações rápidas, instantâneas, que ocorrem num prazo curto de entrega e sem transações indiretas, intermediadas. As agências que adquirem o metal se deslocam para centros urbanos próximos às concentrações garimpeiras viabilizando tal circuito de mercado. De certo modo tem-se o oposto do mercado baseado em contratos futuros e em transações de prazos mais dilatados. Tais contratos futuros, que caracterizam principalmente as negociações que envolvem empresas mineradoras, são investimentos

13. Cf. MOURA, Júlio - “Aplicações atreladas ao ouro registram picos históricos”. Folha de São Paulo. São Paulo, 19 de agosto de 2019. pp. A-16

14. “Além da maior demanda internacional por ouro, no Brasil a valorização acumula o efeito da alta do dólar, que sobe 3,4% no ano. Isto porque os investimentos em contrato de ouro seguem a cotação internacional da onça troy (31,1035 gramas) na Bolsa de Chicago. A onça troy (unidade de medida deste metal) subiu em 4,5% em duas semanas e chegou a US\$1.513 (R\$6.052)” em 16 de agosto de 2019. (Moura, 2019).

de alto risco e demandam, entre outras exigências, informações precisas do mercado financeiro, capazes de minimizar riscos ou os efeitos das transações com preços estimados.

Considerando esta elevada liquidez do ouro ou a facilidade de ser vendido, os donos de garimpo intensificam, por sua vez, as atividades de extração nestes momentos de elevação do preço. No ano de 2019, antes mesmo do início da estação seca na Amazônia, eles já haviam adentrado rios, igarapés e florestas e invadido terras indígenas e unidades de conservação sob o ritmo acelerado de uma extração intensa e de uma expectativa de transações imediatas e à vista. Não por outro motivo é que presenciamos em inúmeras regiões do país e com destaque na região amazônica um aumento vertiginoso seja no número de dragas, balsas e rebocadores em rios, que foram ou são pouco explorados e registram idealmente alta incidência de ouro, seja na presença de milhares de garimpeiros, com técnicas de extração manual, em terras indígenas, como no caso dos intrusamentos massivos da TI Ianomami no noroeste de Roraima. Neste caso a imprensa periódica fala em 20.000 garimpeiros intrusando a área. Aliás, associada à extração ilegal nesta TI ocorreu, em dezembro de 2019, divulgação ampla da informação de que Roraima, sem nenhum garimpo legal exportou 771kg de ouro em três anos e nos últimos dois meses as vendas de ouro duplicaram¹⁵.

A força destas pressões sobre as terras tradicionalmente ocupadas tornou-se um fator de agravamento de tensões e conflito social. Assim, os trabalhos ora apresentados registram antagonismos violentos em afluentes do Javari, no Alto Solimões – em particular nos rios Içá, Jandiatuba e Jutai - no Purus, no Tapajós e seu afluente Jamanxim, no Tocantins e em dezenas de outros. As empresas mineradoras também adotaram posição mais ofensiva na extração mineral, disputando a exploração, inclusive, com garimpeiros organizados em cooperativas e que praticam a extração manual na região desde 1930. Tal ocorrência foi registrada na denominada

15. Cf. COSTA, Emily e OLIVEIRA, Valéria – “Sem nenhum garimpo legal, RR exportou 771 Kg de ouro em três anos; vendas dobraram nos últimos dois meses”. G1 RR - g1.globo.com/rr/roraima. Boa Vista, 07/12/2019.

Volta Grande do rio Xingu¹⁶, área pretendida pela mineradora Belo Sun Mineração Ltda, entre os municípios de Altamira e Senador José Porfirio (PA). A referida mineradora, que é canadense e subsidiária da Belo Sun Mining Corporation, aguarda licenciamento e ameaça de deslocamento compulsório as famílias de garimpeiros e demais moradores da Vila Ressaca, onde já instalou um escritório e interdita o acesso a áreas de uso comum.

Em decorrência desta expansão conflitiva e aparentemente desordenada e dos elevados preços do metal no mercado o Brasil, em 2019, bateu recorde na exportação de ouro, segundo Landim¹⁷:

“Em 2018, o Brasil enviou 95 toneladas de ouro para o exterior – um crescimento de 150%, em dez anos, conforme estatísticas do Ministério da Economia. Até julho (de 2019) já foram exportadas outras 51 toneladas.” (Landim, 2019)

A produção brasileira no período foi estimada em torno de 97 toneladas, ou seja, a exportação absorveu a quase totalidade da produção. Este total é calculado com base na produção formal, isto é, na exploração do ouro primário “feita a muitos metros de profundidade por empresas multinacionais especializadas, como a Anglo Ashanti, que explora ouro no Brasil há 185 anos, ou a canadense Kinross.” (Landim, 2019). Este tipo de extração exige alta tecnologia, porquanto as minas são cada vez mais profundas e distingue-se da garimpagem com extração em ocorrências aluvionais.

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) a unidade da

16. A empresa pretende duas minas de ouro às margens do rio Xingu para implantar o maior projeto de extração aurífera a céu aberto. Como assevera o doutorando Elielson Pereira da Silva trata-se de uma situação de conflito que tem que ser examinada com muito acuro e rigor, com rígida observância dos dispositivos constitucionais que exigem consulta e não autorizam deslocamentos compulsórios de população. Para maiores informações Consulte-se o Boletim Informativo n.12 do Projeto Cartografia da Cartografia Social intitulado Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu. Garimpeiros, Agricultores, Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores. Realizado pela Cooperativa dos Garimpeiros da Ressaca e Ilha da Fazenda (COOMGRIF) e pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre com o apoio da UFPA, Faculdade de Etnodiversidade - Campus de Altamira, e do PNCSA. 2017

17. Cf. LANDIM, Raquel – “Exportação de ouro bate recorde no Brasil com temor de recessão global”. Folha de São Paulo. São Paulo, 18 de agosto de 2019 pp. A-26

federação maior produtora de ouro do Brasil, em 2018, foi Goiás, que alcançou 38,7% do total extraído, seguido de Minas Gerais com 35,8% e Pará com 14,3%. Na história recente Minas Gerais e Pará tem sido os maiores produtores do metal, bem como do ferro, e em decorrência os que vivem os impactos mais desastrosos ou trágico relativos à extração mineral. Consoante o IBRAM a venda de ouro no exterior cresceu 27%, com receitas dessas operações passando de US\$ 2,8 bilhões, em 2018, para US\$ 3,5 bilhões, em 2019.

Endossando a perspectiva de alta o Conselho Mundial do Ouro (WGC) registra numa dimensão internacional a tendência ascendente da demanda de ouro e suas implicações:

“Conforme o World Gold Council, uma organização global voltada para o desenvolvimento do mercado de ouro, **a demanda está batendo recorde no mundo**, puxada pelo consumo de jóias na Índia, pelas compras feitas por bancos e corretoras, para respaldar a venda de contratos lastreados em ouro e, principalmente, pelas aquisições dos BCs (bancos centrais)”. (Landim, *ibid.*) (g.m.)

A Índia aparece como um dos principais destinos das exportações brasileiras de ouro, juntamente com Canadá, Reino Unido e Suíça. Outros países para os quais também se registram exportações são: Itália, Bélgica, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos.

2.2- Para além desta produção formal existe um mercado informal ou uma esfera da circulação a partir da extração do ouro manual ou semimecanizada. Os garimpeiros extraem nas beiras de cursos d'água ou em incidência aluvionais, isto é, mais próximas da superfície. A produção destes garimpos não é conhecida, não conhece qualquer tipo de registro e nem sequer é estimada. O total de produção citado anteriormente seria, portanto, um total subestimado.

Maisonnavé¹⁸ com respeito à bacia do rio Tapajós, classificada como

18. Vide: MAISONNAVE, Fabiano (com colaboração de Raquel Landim) – “Ações contra União e BC buscam conter exploração ilegal”. Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2019 p. A26.

o ponto de maior concentração da mineração ilegal, informa o seguinte:

“Desde o início do ano (2019) o alto preço do ouro e as sinalizações do governo Jair Bolsonaro (PSL) aceleraram invasões de terras indígenas e outras áreas protegidas na bacia do Tapajós, **epicentro da extração ilegal do metal** no país.” (Maisonave, 2019) (g.m.)

Estas invasões afetam principalmente as terras indígenas dos Munduruku, as áreas vizinhas à TI Zoé e unidades de conservação. Contaminam os rios com mercúrio, mais conhecido regionalmente como “azougue”, afetando a alimentação básica dos moradores da região. A interpretação dos jornalistas é que a extração aurífera pelos garimpeiros vem se expandindo celeremente, a despeito dos danos provocados, mas respaldada inclusive “pelas declarações favoráveis” do Presidente:

“O Presidente já disse mais de uma vez que **tem o garimpo no sangue, porque seu pai chegou a atuar como garimpeiro e que pretende legalizar a atividade na Amazônia, criando “mini-Serras Peladas”** (...). O avanço do garimpo ilegal, particularmente em terras indígenas e reservas ambientais colocou em alerta os órgãos de fiscalização e também as empresas produtoras de ouro.” (Landim, *ibid.*) (g.m.)

Para tentar conter a ilegalidade na extração há medidas tributárias de fiscalização e controle da produção dos garimpos. Em termos legais, o ouro extraído em garimpos só pode ser adquirido por empresas registradas no Banco Central como Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVVM). As ocorrências que não preencherem tal quesito são ilegais.

“Para adquirir o metal, as DTVVMs deveriam exigir do vendedor a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG). A transação é, então, registrada em uma nota fiscal manual, que não é lançada em sistema eletrônico.” (Maisonave, *ibid.*)

Segundo os jornalistas mencionados as investigações policiais, iniciadas em Santarém em 2016, indicam o descontrole na emissão de PLG, que consiste numa das fases dos processos minerários, e a falta

de um sistema mais eficaz de controle para verificar se de fato o ouro não foi extraído em terras indígenas e unidades de conservação violando dispositivos legais.

Além destas medidas de caráter tributário verificam-se operações policiais apreendendo dragas nos rios Javari, Jandiatuba e Madeira em 2017, 2019 e neste início de 2020. Não obstante as orientações governamentais de diminuição ou mesmo suspensão das ações de fiscalização, com o deliberado enfraquecimento das agências competentes e a diminuição de seu pessoal, bem como com os obstáculos erguidos à ação da PF e ao cumprimento de dispositivos legais, que determinam que os equipamentos apreendidos que não puderem ser transportados devem ser destruídos, ocorreram operações repressivas. A medida de destruição de equipamentos parece estar atrelada ao elevado número de reincidências, ou seja, dragas e balsas que são capturadas em ações fiscalizadoras por várias vezes consecutivas. Das 12 dragas apreendidas em operação no Rio Madeira, em janeiro de 2020, pela Polícia Militar Ambiental, pelo Exército e pela Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia, nenhuma delas possuía autorização para extração aurífera na APA do Rio Madeira e pelo menos a metade era de reincidentes, quer dizer, dragas que já haviam sido apreendidas em operações anteriores. Segundo informações oficiais há 320 dragas em ação nesta parte rondoniense do Rio Madeira, notadamente no trecho que vai da Usina de Santo Antonio até o bairro Belmond, bem defronte a Porto Velho, que pertence à Área de Proteção Ambiental Rio Madeira.

Sobre a mencionada reincidência vale dizer que a garimpagem ilegal reincide na invasão de unidades de conservação e no intrusamento de terras indígenas, numa dupla ilegalidade, isto é: não possuem autorização (LOA) e garimpam em locais interditados a tal prática extrativa. A reincidência aponta para uma certa ineficácia da operação policial, que se torna inócua diante da persistência do processo de extração aurífera, apoiada em condições objetivas propiciadas por uma extensa rede de interesses e por grandes conglomerados econômicos que, sem indagar a origem do metal,

mantém negociações regulares com ouro obtido ilegalmente. Donos de garimpos cujas dragas foram apreendidas e incendiadas em inúmeras operações, por impossibilidade de rebocamento, mostram-se não somente reincidentes na prática de crimes ambientais, mas responsáveis por uma logística aprimorada, embora de aparência artesanal, que torna este delito permanente. Com o reparo de estruturas de ferro pouco atingidas pelo fogo, e das partes internas de madeira, fiação e equipamentos móveis danificadas, em curto prazo, as dragas voltam a operar. Rotores de draga, bombas de cascalho, “maracas escariantes” e “abacaxis”, (para quebrar o material depositado no fundo dos rios), guinchos hidráulicos, mancais e bateias de aço galvanizadas são encontráveis para aquisição *on line* e numa vasta rede de estabelecimentos comerciais que asseguram a reposição das ferramentas necessárias à extração aurífera, em toda a Amazônia. A produção permanente das dragas é assegurada, sobretudo, pelas aquisições nos denominados “ferro-velhos”, na região de Diamantina (MG), e pelas oficinas de reparo e conserto de peças em São Paulo de Olivença (AM), no Alto Solimões, em Porto Velho (RO), na própria Diamantina e em outros lugares onde há concentração de dragas. Os depósitos de ferros velhos viabilizam a aquisição de peças de reposição do maquinário destinado à extração garimpeira, enquanto as oficinas consistem em locais de conserto de máquinas e demais equipamentos, chegando, inclusive, à criativa construção de determinadas peças. A montagem das dragas danificadas pelas operações policiais mostra-se inteiramente factível e ágil mediante a ação continuada desta rede logística. Pode-se concluir com a assertiva de que o processo extrativo cerca-se, portanto, de condições materiais, consolidadas em termos mercantis, que o tornam ininterrupto, levando-se em conta, certamente, as variações sazonais.

2.3-As flutuações no preço da tonelada de ferro são atribuídas às variações da demanda da China¹⁹, que consistiriam no fundamento para o ritmo dos preços no mercado *spot* do minério. Quintão registra em matéria no periódico **Valor**, em 03 de julho de 2019, um destes “picos históricos”,

19. Para um aprofundamento leia-se: QUINTÃO, Chiara – “Minério de ferro supera os US\$125 a tonelada na China”. Valor, 03 de julho de 2019. pag. B4.

assinalando o seguinte com respeito à elevação dos preços da tonelada:

“O minério de ferro negociado no porto de Qingdao, na China, teve alta de 1,71% ontem, fechando cotado a US\$ 125,77 a tonelada. É a maior cotação desde janeiro de 2014, quando a tonelada da *commodity* fechou o dia valendo US\$ 128,79 no mercado à vista chinês. (...) No ano, a *commodity* sobe 72,93%. A cotação refere-se ao produto com pureza de 62% de ferro, segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”. (Quintão, 2019).

No quarto trimestre de 2019 teria ocorrido queda significativa na produção da *commodity* e uma certa retração nos preços do minério. A despeito desta variação os preços mantiveram-se relativamente elevados. E nesta quadra de elevação do preço da *commodity*, seus impactos sobre a vida social mostram-se trágicos e tem sido atribuídos ao descuro das mineradoras quanto a normas elementares de segurança. Com a alta dos preços ocorre uma intensificação do processo extrativo e uma paradoxal negligência concernente a critérios e condições de segurança, afetando tragicamente unidades sociais (vilas, povoados, comunidades, bairros, cidades) e o meio ambiente. Os rompimentos de barragens de rejeitos em Mariana, em 2016, e Brumadinho, em 2019, com centenas de mortos e desaparecidos traduzem a dimensão destas tragédias. A lama tóxica causou ademais danos irreversíveis à biodiversidade em Mariana e Brumadinho. Solos tornaram-se inférteis, a topografia foi afetada e a contaminação das águas e leitos de rios, como o Rio Doce e o Rio Paraobepa, matou toneladas de peixes (11 toneladas no caso do Rio Doce). A extensão destes danos é assustadora atingindo mais de 1.000km no caso da contaminação do leito do Rio Doce por lama tóxica, alcançando, inclusive, o Oceano Atlântico.

A despeito destas catástrofes segundo informações divulgadas em 12 de fevereiro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) neste mesmo ano de 2019 em que ocorreu o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, que matou

272 pessoas e os bombeiros ainda procuram desaparecidos, a indústria da mineração no país aumentou 40% em seu faturamento. A receita do setor mineral, de acordo com o Ibram, passou de R\$ 110,2 bilhões, em 2018, para R\$ 153,4 bilhões, em 2019. “A tragédia em Brumadinho fez com que a produção do minério de ferro caísse 8,8% (...). Ainda assim, as exportações cresceram US\$ 2,5 bilhões no ano passado (2019).” (cf. “Mineração lucra com alta de preços, após Brumadinho.” **Estado de Minas Gerais**. BH, 13/02/2020).

Refletindo sobre o rompimento da estrutura da barragem de rejeitos do Fundão, em Mariana, a antropóloga Raquel Oliveira, uma das autoras que integra esta coletânea, com base em discussões teóricas, assevera o seguinte: desastre não causa efeito, o que consideramos como efeito é o próprio desastre.

Pela regularidade das repetidas tragédias, que envolvem também ruptura e vazamento de minerodutos e acidentes em transportes de minério, estaria em jogo o âmago das estratégias empresariais das mineradoras. São os fundamentos destas estratégias que se tornam o cerne da questão e para eles é que devem se voltar também as discussões, que estão concentradas em medidas técnicas de contenção, que de certo modo já constata a probabilidade de novos acontecimentos trágicos. Há também interpretações que, transcendendo a questões técnicas, colocam em questão o próprio processo de privatização da Vale, indagando o que se vai fazer da empresa mediante os sucessivos vazamentos de minerodutos, rompimentos de barragens e acidentes no transporte de minérios. Cabe sublinhar, neste contexto, a pergunta elaborada pelo jornalista e sociólogo Lúcio Flavio Pinto²⁰:

“Em abril, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce completará 23 anos. A data pode servir de oportunidade para rever o processo da venda daquela que já era então uma das mais rentáveis empresas do governo federal e uma das maiores mineradoras do mundo.

20. Pinto, Lucio Flavio - O que fazer da Vale? Belém, 30 de janeiro de 2020; reproduzido por <http://amazôniaareal.com.br>.

Dois dos maiores acidentes da história da mineração mundial, nos quais a Vale privatizada foi personagem principal ou autora exclusiva, podem suscitar também uma questão: **se a Vale continuasse a ser estatal, o acidente de Brumadinho teria acontecido (como o de Mariana)?**” (Pinto, 2019) (g.m.)

2.4 - Uma das principais discussões posteriores às tragédias citadas diz respeito à qualidade das informações disponíveis relativas à segurança das barragens. Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) chama a atenção para as insuficiências de dados sobre as condições das barragens no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens²¹ (SNISB), que foi instituído em 2010. São 24.080 barragens catalogadas, em 2017, mas a maioria delas – mais de 18.500 barragens estão sem qualquer informação sobre os riscos e danos potenciais que os rompimentos podem provocar.

As referidas agências assinalam que 695 barragens cadastradas apresentam alto risco associado a danos em potencial, quer dizer, todas correm riscos de sofrer alguma modalidade de ruptura que pode ocasionar danos sociais irreparáveis, assim como danos ambientais e financeiros. Mostram-se elevados os riscos de comunidades locais serem surpreendidas por toneladas de lama tóxica decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos de minério de ferro ou pelos vazamentos de minerodutos. São apontados como descuro técnico: a falta de manutenção apropriada e uma fiscalização severa, remetendo a questão para as formas de monitoramento de atividades e de gerenciamento por parte de executivos.

Uma das medidas adotadas após rompimentos trágicos consiste na proibição, em todo o país, de construção ou alteamento de barragens usando o método a montante, onde os diques de contenção se apoiam sobre o próprio rejeito. A construção de novas camadas da barragem é feita sobre os rejeitos depositados na parte interna da estrutura, opção muito utilizada no Brasil entre os anos 1970 e 1990.

21. Cf. “Brasil tem 695 barragens com alto risco de danos potenciais”. Diário do Amazonas. Manaus, 27 de janeiro de 2019 pag. 39.

A Agência Nacional de Mineração (ANM), através de Resolução de 12 de agosto de 2019, ampliou até 2027 o prazo para eliminação das barragens a montante²², como as que romperam em Brumadinho e Mariana (MG), na seguinte ordem: barragens²³ com volume de até 12 milhões de metros cúbicos tiveram prazo ampliado para setembro de 2022, e aquelas com até 30 milhões de metros cúbicos para setembro de 2025 e estruturas maiores, que ultrapassem isto, até 2027. Em Minas Gerais estão localizadas 41 das 61 barragens a montante existentes no Brasil. As outras 20 estão espalhadas por Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O risco de banalização deste tipo de tragédia e a procrastinação de medidas para resolver a situação das comunidades e famílias atingidas tornam-se preocupantes. O diferimento de uma ação pronta e incisiva, seja em termos técnicos ou jurídicos, nos leva a debater e problematizar ao extremo, evitando certas “naturalizações”, que inclusive tem levado a interpretações que focalizam o rompimento de barragens como “desastre natural”. Somos impelidos à leitura crítica destas interpretações objetivando desnaturalizar as tragédias e evidenciar um componente genocida ao chamar a atenção para os rompimentos como atos deliberados uma vez que se tornam previsíveis a partir da inexistência de manutenção apropriada e de uma fiscalização técnica realizada com rigor.

A cada rompimento de barragem de rejeitos, como em Brumadinho e Mariana, a cada vazamento de mineroduto, como em Santo Antonio do Gramma e Rio Casca (MG), a cada ruptura do mineroduto como em Jambuaçu (PA), a cada acidente de transporte de minério com graves efeitos sobre as unidades sociais atingidas (comunidades, povoados, aldeias, distritos, bairros, cidades), o discurso dos responsáveis pelos empreendimentos sempre gravita em torno da reparação de danos. Parece impelido a rotinizar a tragédia com a intensificação de propaganda do empreendimento em periódicos e veículos de comunicação de circulação

22. Cf. Luci Ribeiro, Giovana Girardi – “Agencia federal adia prazo para eliminar as barragens como a de Brumadinho”. O Estado de São Paulo. SP, 13 de agosto de 2019. pag. A10

23. Ribeiro, Girardi *ibid*

nacional. Cabe perguntar: o discurso de quem tem responsabilidade na ocorrência da tragédia torna-se uma modalidade discursiva performática, que assegura lugar de destaque na mídia? Inverteria o sinal negativo, mesmo procrastinando a decisão efetiva? Há um propósito de transferir os riscos para longe da responsabilidade social das empresas mineradoras.

As tragédias nestas regiões passam a fazer parte dos cálculos operacionais e das estratégias dos megaprojetos de exploração mineral, que passam a funcionar sempre apoiados em grandes empresas seguradoras, como ocorre com o rompimento da barragem em Mariana. A par com os contratos futuros e com as carteiras de investimento constata-se uma completa financeirização da extração mineral do ponto de vista das estratégias empresariais transnacionais nesta quadra de alargamento da demanda e de elevação geral dos preços das *commodities*. Em suma, as empresas não operam sem seguradoras e os desencadeamentos dos conflitos sociais a que estão referidas são resultantes de diversos acontecimentos entrelaçados, que comportam um repertório variado de agentes e agências, relacionados em diferentes graus ao capitalismo financeiro, que suporta em última instância as crises ecológicas e o agravamento das desigualdades sociais com as repetidas tragédias de rompimento de barragens, vazamentos de minerodutos, poluição de cursos d'água e ocorrências similares. Sob esta ótica o ouro é inseparável do ferro, pois é uma mercadoria que assegura o lastro necessário aos contratos e às “apólices de seguro”, tal como se expressou em entrevista um gerente de campo de empresa mineradora. A financeirização torna-se um componente minimizador das crises e as operações de seguro face às catástrofes, como ruptura de barragens de rejeitos e vazamento de minerodutos, integram atualmente um mercado em plena expansão. O seguro é um mecanismo de transferência de riscos (Keucheyan, 2014: 77). Os títulos financeiros que efetivam tal transferência são chamados de “bônus catástrofes” e são acionados a cada ocorrência com base na avaliação dos riscos, na indenização das vítimas, na reparação de danos materiais e de ocorrências de devastação dos bens naturais. As negociações

que sucedem ao rompimento da barragem em Mariana bem evidenciam os efeitos das atividades da seguradora. Tem-se, deste modo, uma “financeirização” dos problemas relativos aos conflitos socioambientais”, que passam a incluir títulos financeiros de transferência de riscos climáticos. Rompimentos de barragens são atribuídos desta maneira ao aumento da precipitação pluviométrica, ou seja, as chuvas mais intensas são arroladas dentre os fatores responsáveis pela tragédia. Haveria todo um esforço naturalizador e de ambientalização dos descuros técnicos na manutenção das barragens, visando atrelar as tragédias a fenômenos climáticos ou a classifica-las como “desastres naturais”.

3-Em decorrência deste quadro de subida vertiginosa dos preços de *commodities* foi possível registrar, no que tange à economia política, transformações no *modus operandi* dos interesses minerários e uma transição intrínseca aos circuitos dos mercados de *commodities* agrícolas e mínero-metalúrgicas. Tal transição compreende uma redefinição de estratégias empresariais face à elevação geral dos preços de *commodities*, sejam minerais ou agrícolas, à intensificação do uso de recursos naturais, tendo como pressuposto para sua execução um repertório de medidas contingenciais e muitas vezes impositivas, prescindindo, em certa medida, de procedimentos democráticos. Constata-se, pois, um paradoxo: dispositivos parlamentares, discutidos através de instâncias democráticas, como as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado, levam a emendas parlamentares, proposições e anteprojetos de lei que concorrem para instituir o seu contrário, quais sejam medidas autoritárias, de nítida inspiração antidemocrática. A flexibilização da legislação ambiental, dos dispositivos de licenciamento e de consulta prévia; a extinção dos próprios conselhos e comissões, que monitoram a aplicação de leis; a fragilização extrema dos órgãos públicos com finalidade de autuações face a crimes ambientais e a diminuição significativa de aplicações de multas também por infrações contra a flora facultam condições de possibilidades que enfraquecem os procedimentos democráticos. A execução de tais medidas, por sua vez, tem implicado em articulações políticas peculiares

no plano regional e atos contraditórios e delituosos que menosprezam os princípios de conservação ambiental, incidindo em desmatamentos, devastações, múltiplos focos de incêndio, contaminação acelerada de recursos hídricos e das grandes áreas de monoculturas e adjacências. Verifica-se aqui também, mediante tais atos consecutivos de degradação ambiental, um agravamento de tensões sociais e conflitos.

Os diferentes trabalhos que integram a presente coletânea registram *in locu* os meandros desta complexa transição que pode ser assim sumariamente descrita: uma passagem das chamadas **agroestratégias** para as denominadas **estratégias de exportação agromineral**. A assertiva desta distinção, enquanto instrumento analítico, rompe com o concreto aparente da perspectiva empirista, segundo a qual tais realidades acham-se cristalizadas e são exatamente as mesmas, ou seja, considera inútil o esforço teórico de estabelecer quaisquer distinções face a um processo que consideram homogêneo. A fixidez e a uniformidade constante desta perspectiva convergem para uma certa monotonia e impelem o pesquisador a perder de vista as condições de possibilidade da dinâmica dos processos reais e do próprio movimento das forças econômicas em transformação. Assim, se em trabalhos anteriores privilegiei as **agroestratégias**²⁴, notadamente na Amazônia, no momento atual constatei a sua insuficiência e limitação para explicar os processos

24. No início desta segunda década do século XXI as denominadas “agroestratégias” estavam na ordem do dia das agências multilaterais e de conglomerados financeiros referidos às indústrias alimentícias. No quadro de uma propalada “crise do setor de alimentos” elas foram anunciadas com alarde e como uma medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios. Perscrutando seus significados constatei, em 2010, que elas compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras. Para entendê-las, de modo acurado, não se pode separar os discursos das ações, as alocações dos atos, as mobilizações políticas em torno de anteprojetos de lei e os próprios atos de Estado. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências, quanto de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos. Tais estudos versam também sobre medidas regulamentares e atos perpetrados por diferentes agências financeiras (bolsas de valores, fundos de investimentos, bancos) e por entidades representativas de grandes empreendimentos agropecuários. Abrangem ainda um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos à expansão do cultivo de grãos, notadamente a soja, e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas. Cf. Almeida, A.W.B. de -”Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios” in AcseRad, H. (org.) Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro. Editora Lamparina. 2010 pp.101-143

reais, sobretudo pela conjunção de ações de empresas mineradoras e empreendimentos dos agronegócios em pauta. Diante desta coalizão de interesses trabalhei conceitualmente a preponderância das **estratégias de exportação agromineral**. As estratégias dos empreendimentos minerais e agropecuários, ainda que mantenham ações em separado, se articulam de maneira explícita combinando interesses e iniciativas dos agronegócios com aqueles do setor mineral, compreendendo, inclusive, a garimpagem manual.

Outra distinção que se faz necessária neste trabalho conceitual concerne ao esclarecimento de que tais **estratégias de exportação agromineral** não correspondem exatamente ao denominado **modelo agromineral**, cujas premissas as inspiraram. Há uma distinção elementar entre modelo, enquanto protótipo de algo a ser reproduzido ou aplicado em grande escala, e estratégia, que seria um conjunto de atos deliberados referidos a determinada contingência econômica e política, cuja articulação entre seus componentes passa por eventuais alterações. O referido **modelo agromineral** foi formulado na década iniciada em 1970 e nos anos 80 do século passado, na escola de economia da Universidade de Chicago, nas aulas de Friedman, e prescindiria das ações do Estado, senão daquelas que fossem para propor a sua própria redução e, no limite, o fim de seu próprio protagonismo. Mais conhecido como “Projeto Chicago” este esquema interpretativo e de planejamento foi difundido amplamente e conheceu um esgotamento com o malogro das políticas de inspiração neoliberal em 2008. Segundo Motta Araújo, não obstante este insucesso, há “um projeto de natureza economicista pura” no Brasil de hoje em consonância com a aplicação deste mencionado **modelo**²⁵, que pode ser assim sintetizado:

25. Esta síntese do modelo foi elaborada por Motta Araujo em “Projeto Chicago – o plano econômico em curso”. (GGN... jornalggn.com.br; em dezembro de 2019). Consultado em 16 de dezembro de 2019). Segundo a formulação do autor o “neoliberalismo dos anos 80 foi enterrado pela elite empresarial norte-americana” e hoje as aulas de M. Friedman, dos anos 70 e 80, na Universidade de Chicago, tornaram-se matérias de museu das ideias, sobretudo depois da crise de 2008, a cujos ensinamentos se atribuiu a crise. Vide: <https://jornalggn.com.br/artigos/projeto-chicago-o-plano-economico-em-curso-por-andre-motta-araujo/>.

“a economia brasileira deve se concentrar em mineração, agricultura e pecuária de exportação, não precisa de indústria porque é possível comprar produtos industrializados mais baratos no exterior.” (Araújo, 2019). (g.m.)

Ao deslocar o **modelo agromineral** pela escolha de atentar para as **estratégias de exportação agromineral** busquei privilegiar atividades econômicas cujos representantes estariam tendo uma ação política conjunta. Esta junção consiste num princípio que irá orientar a finalidade de ampliação de áreas pretendidas pelos agronegócios e a intensificação da extração mineral. Ao mesmo tempo, nesta quadra de elevação dos preços das *commodities* agrícolas, minerais e do ouro, com uma tendência ascensional do dólar e juros mantidos num baixo patamar, verifica-se também uma pressão política para a redução de tarifas de importação de produtos industrializados e para a extinção de incentivos fiscais a distritos industriais como aquele da SUFRAMA. De maneira aproximada, as **estratégias de exportação agromineral**²⁶ implicam, por sua vez, numa intensificação simultânea das atividades mineradoras e dos agronegócios, beneficiando-se da elevação de preços das *commodities*. Elas compreendem uma coalizão de interesses políticos e econômicos bastante articulados e que se apoiam em resultados efetivos de sua ação sobre os recursos florestais, hídricos e do solo, de igual modo que em atos de Estado, quais sejam, programas, planos e projetos governamentais, bem como em proposições – APL, PEC - que passam a tramitar celeremente no Congresso Nacional. Concomitantemente, em nome do princípio do “mercado aberto” tem-se propostas de privatização empresas públicas de petróleo, gás e produtos minerais, bem como de universidades públicas e dos institutos de pesquisa também públicos, reduzindo o investimento do Estado no sistema de ensino e na pesquisa científica.

26. Motta Araújo assinala a “exportação agromineral” como um dos pontos principais do modelo, bem como: a eliminação da tarifa de produtos industrializados, a privatização total de serviços e bens públicos, inclusive as terras públicas na Amazônia com o mínimo de regulação. O enfraquecimento da agricultura familiar e a titulação das terras dos projetos de assentamento, resultando num aumento da oferta no mercado de terras, também integram os objetivos do mencionado projeto, bem como o fim do sistema de aposentadorias com recursos do Estado com um propósito de implantar, a médio prazo, a aposentadoria por capitalização, onde empresa e Estado nada investem.

Mediante isto pode-se constatar que se está diante de uma confluência de fatores, que propicia a poderosa coalizão de interesses e suas implicações, conjugando a superação da insuficiência das **agroestratégias** com a maior abrangência das **estratégias de exportação agromineral**, complementada pela ação intensificada de atividades garimpeiras (manuais, de balsa e de draga), pela expansão da pecuária, bem como pelos plantios de soja e de milho.

Os resultados das ações deliberadas de expansão que acarretaram desmatamentos e queimadas foram explicitados pelo cognominado “Dia do Fogo²⁷”, ocorrido no Pará a partir de municípios às margens da BR-163, em agosto de 2019. Embora ainda estejam sendo analisados os efeitos deste ato delituoso, eles deixam entrever que aumentaram vertiginosamente as áreas de florestas devastadas e consumidas pelos incêndios provocados deliberadamente. Como pano de fundo destas ações, uma paradoxal racionalidade econômica fundada tão somente no risco que cerca as flutuações extremas de preços de *commodities*. O fundamento do “Dia do Fogo” troca a biodiversidade e os respectivos “ativos” concernentes a uma floresta em pé, de tempos imemoriais, pela aventura da demanda sempre oscilante e conjectural das *commodities*. Constata-se uma trágica reedição de decisões econômicas que prevaleceram no Brasil colônia.

Enfim, a presente coletânea apresenta de maneira sumária as ocorrências de conflitos sociais provocados pela exploração mineral em terras tradicionalmente ocupadas e em regiões adjacentes às minas, demonstrando a gravidade dos problemas advindos do intrusamento de terras indígenas, quilombolas e de ribeirinhos, do descuro em relação à manutenção de barragens de rejeitos e a sua fiscalização e seus efeitos trágicos sobre a vida de unidades familiares e sua vida cotidiana em aldeias, povoados, comunidades, bairros e cidades.

Fevereiro de 2020.

27. O denominado “Dia do Fogo”, que provocou o recorde de queimadas em Novo Progresso e Altamira (PA), e teria nascido dentro de um grupo denominado “Jornal A Voz da Verdade”, no aplicativo WhatsApp, segundo apurou a revista Globo Rural. Esta manifestação representa um laboratório de experiências capaz de propiciar uma visão completa da capacidade de ação conjunta dos interesses de mineradoras, garimpeiros e ruralistas através da destruição da cobertura vegetal, recursos florestais, contrariando ambientalistas e congêneres.

Cf. Iracy Matias, de Novo Progresso (PA) – “Grupo no WhatsApp contratou moqueiros e mortosserras para desmatar e incendiar a floresta.”